

## A difusão do associativismo rural no município de Quixeramobim: a experiência do Projeto São José<sup>1</sup>

 Antonio Cavalcante de Almeida<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal do Ceará - IFCE. Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer - DTUHL. Campus Fortaleza. Avenida Treze de Maio, 2081, Benfica. Fortaleza - CE.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: antonio.cavalcante@ifce.edu.br*

**RESUMO.** O artigo analisou a experiência de associativismo rural em Quixeramobim, Ceará, financiado pelo Projeto São José (PSJ). O PSJ tem como missão combater a pobreza rural e melhorar as condições de vida das populações mais carentes apoiando subprojetos para pequenos produtores rurais organizados em associações comunitárias. Observou-se como são implementadas e negociadas as estratégias participativas dos atores sociais nas diferentes etapas do projeto – formulação, implementação e avaliação. A pesquisa pautou-se pelo estudo de caso realizado no município de Quixeramobim, Ceará. Assim, escolheu-se uma amostra representativa de quatro associações comunitárias na localidade: duas com nível de participação comunitária considerada exitosa e outras duas com grau de participação insatisfatório. Pelo exposto, o estudo questionou a sustentabilidade e a participação do tipo presencial e/ou passiva. Além disso, a experiência revelou certo controle de cima para baixo, de modo que as demandas comunitárias nem sempre eram/são consideradas e respeitadas quando aprovadas na própria base social. Dito isso, é possível dizer que o processo de paternalismo e clientelismo político na liberação das demandas comunitárias não cessaram.

**Palavras-chave:** associativismo, participação, sustentabilidade.

## The dissemination of rural associativism in the municipality of Quixeramobim: the experience of the São José Project

**ABSTRACT.** The article analyzed the experience of rural associations in Quixeramobim, Ceará, financed by the São José Project (PSJ). The PSJ's mission is to fight rural poverty and improve the living conditions of the poorest populations by supporting subprojects for small rural producers organized in community associations. It was observed how the participatory strategies of social actors are implemented and negotiated in the different stages of the project – formulation, implementation and evaluation. The research was based on the case study carried out in the city of Quixeramobim, Ceará. Thus, a representative sample of four community associations in the locality was chosen: two with a level of community participation considered successful and another two with an unsatisfactory level of participation. For these reasons, the study questioned the sustainability and participation of the face-to-face and/or passive type. In addition, the experience revealed a certain top-down control, so that community demands were/are not always considered and respected when approved in the social base itself. That said, it is possible to say that the process of paternalism and political patronage in the release of community demands has not ceased.

**Keywords:** associations, participation, sustainability.

## La difusión del asociativismo rural en el municipio de Quixeramobim: la experiencia del Proyecto São José

**RESUMEN.** El artículo analiza la experiencia de las asociaciones rurales de Quixeramobim, Ceará, financiadas por el Proyecto São José (PSJ). La misión del PSJ es combatir la pobreza rural y mejorar las condiciones de vida de las poblaciones más pobres mediante el apoyo a subproyectos para pequeños productores rurales organizados en asociaciones comunitarias. Se observó cómo las estrategias participativas de los actores sociales se implementan y negocian en las diferentes etapas del proyecto - formulación, implementación y evaluación. La investigación se basó en el estudio de caso realizado en la ciudad de Quixeramobim, Ceará. Así, se eligió una muestra representativa de cuatro asociaciones comunitarias de la localidad: dos con un nivel de participación comunitaria considerado exitoso y otras dos con un nivel de participación insatisfactorio. Por estos motivos, el estudio cuestionó la sostenibilidad y participación del tipo presencial y / o pasivo. Además, la experiencia reveló un cierto control de arriba hacia abajo, por lo que las demandas de la comunidad fueron / no siempre consideradas y respetadas cuando fueron aprobadas en la propia base social. Dicho esto, se puede decir que no ha cesado el proceso de paternalismo y clientelismo político en la liberación de demandas comunitarias.

**Palabras clave:** asociativismo, participación, sustentabilidad.

## Introdução

O debate sobre o desenvolvimento rural no Nordeste alcançou notoriedade no início dos anos de 1970, quando essa região foi marcada pelos efeitos dos “pacotes tecnológicos” dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRIs), que eram destinados para financiar o desenvolvimento agrícola nos moldes da chamada Revolução Verde tão apregoada no século passado. De acordo com Bursztyrn (1984) esses projetos implantados de cima para baixo [*top down*] refletiam, no seu âmago, o período de autoritarismo planejador estatal, em que o Estado adotou uma política de planejamento ativo e de tomada de medidas arbitrárias no que diz respeito às políticas públicas na região Nordeste.

Precisamente durante a década de 1970, a participação dos pequenos agricultores era quase inexistente nos programas de desenvolvimento rural, ou seja, os “pacotes” tecnológicos eram previamente elaborados pelas agências multilaterais e os órgãos governamentais sem qualquer consulta prévia aos beneficiários das políticas públicas<sup>ii</sup>. Assim, a principal meta era a difusão de tecnologias, de insumos e créditos agrícolas para a reprodução da modernização da agricultura, de modo a reforçar a cultura política do assistencialismo e do paternalismo político.

Já nos anos de 1990 foram lançados os projetos de combate à pobreza rural no Nordeste, e mais uma vez os pequenos produtores são chamados *a priori* a participar das decisões inerentes aos projetos de desenvolvimento rural sustentável em contexto marcante de desigualdade social e política. Se antes, os pequenos agricultores apenas assistiam passivamente a formulação e a implementação das políticas públicas de cima para baixo, hoje, eles são considerados, pela retórica governamental dos governos das mudanças no Ceará<sup>iii</sup>, coadjuvantes na tomada de decisões inerentes a projetos comunitários.

O modelo de gestão adotado no segundo governo de governo Tasso Jereissati (1995-1998) propõe uma reformulação na metodologia do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e implementa a versão, em 1995, denominada de Projeto São José<sup>iv</sup> (PSJ). O PSJ se torna uma política pública cujo objetivo é o combate à pobreza rural no Ceará, sobretudo financiando grupos de produtores de baixa renda com projetos produtivos, de infraestrutura e sociais, por meio de financiamentos não reembolsáveis – recursos públicos a fundo perdido. O PSJ tem como parceiro e órgão financiador o Banco Mundial Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que oferece sustentação política por meio de capital econômico e social. A coordenação, na época, estava sob a responsabilidade da Secretária de

Desenvolvimento Rural do Ceará (SDR/CE), com a participação articulada das demais secretarias de governo afins.

Ademais, nas reformulações das políticas públicas estatais para o pequeno produtor no Ceará, o governador Tasso Jereissati, 1987-1991, cujo mote era “Governo das Mudanças”, buscou implementar uma política de disseminação de associações comunitárias, isto é, fomentando um estilo de associativismo via agências multilaterais e com apoio direto do Estado. Interessante se faz compreender que tal postura política impactou no volume expressivo de entidades representativas na zona rural cearense.

No intitulado Plano de Mudanças (1987-1991), Tasso Jereissati, conclamou a sociedade civil a participar da administração governamental por meio do envolvimento e da organização comunitária no interior do estado. Ele emergindo dos setores empresariais da política cearense procurou emplacar um discurso do tipo progressista e modernizador frente ao estilo tradicional da política cearense – das denominadas oligarquias regionais. Assim, ele atribuiu as antigas oligarquias cearenses o motivo do enfraquecimento das iniciativas comunitárias, do individualismo exacerbado das reivindicações que inibia a participação da sociedade civil nos mecanismos de tomada de decisão. Posto isto, durante o primeiro mandato (1987-1991), Tasso Jereissati empregou o recurso político estratégico da participação popular e da organização comunitária; enquanto na segunda gestão (1995-1999), reforçou a retórica do fortalecimento das iniciativas comunitárias e o combate às práticas clientelistas e paternalistas ainda profundamente enraizadas no estado do Ceará.

Nesse entendimento, a pesquisa procurou analisar a problemática de como são implementadas e negociadas as estratégias participativas dos atores sociais nas diferentes etapas de desenvolvimento do PSJ – formulação, implementação e avaliação. Aliado a isso, os objetivos são: a) caracterizar o PSJ dentro do contexto das políticas de desenvolvimento rural no Ceará; b) verificar a dinâmica participativa dos atores sociais envolvidos no PSJ no município em tela; e c) identificar e analisar os tipos de participação social e política na unidade municipal.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa consistiu de dois momentos importantes e indissociáveis no que tange à temática em questão. Em primeiro lugar, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória em livros, artigos, revistas, documentos institucionais do Governo do Ceará e nos meios eletrônicos a respeito das políticas públicas de combate à pobreza no Nordeste a partir das

últimas décadas do século XX. Em segundo lugar, adotou-se a técnica do estudo de caso para analisar a experiência do município de Quixeramobim, localizado na região do semiárido do estado do Ceará. Para Chizzotti (2000, p. 102) o estudo de caso “... é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular.” Para o autor, o tipo de pesquisa em tela pode ser de uma unidade significativa, de modo que o recorte seja suficientemente importante para fundamentar a amplitude da investigação.

Com efeito, para entender a proposta de participação política dos associados dentro do PSJ nos municípios cearenses, recorreu-se à SDR para que indicasse as experiências relevantes dentro do PSJ no momento estudado, conforme a avaliação anual da SDR e do próprio BIRD. Em razão disso, os municípios indicados foram Quixeramobim, Iguatu, Pereiro, Canindé, Acaraú. Todas as experiências municipais apontadas, conforme a SDR, apresentavam indicadores significativos de desenvolvimento e participação social, sobretudo no que tange ao alcance expressivo de envolvimento dos atores sociais, nível de motivação das comunidades, organização política municipal e experiência destacável do PSJ nas municipalidades.

A partir dos indicadores acima levantados pelas entidades e pessoas-chave, elegeu-se o município de Quixeramobim para análise a partir da experiência significativa apontada e o espelhamento de quatro associações comunitárias; sendo que duas (02) identificassem nível de participação comunitária considerada exitosa e duas (02) que apresentassem nível de participação política e desenvolvimento de projetos insatisfatórios com base no modelo da proposta de execução do Projeto São José. Considerando que há uma polissemia em torno do conceito de associativismo comunitário, importante dizer que para Demo (2001, p. 58) associação comunitária pode representar o “... tipo mais genuíno de associativismo, porque marcada pelo voluntariado possivelmente mais consciente e militante.” Nesse entendimento, segundo ele, é um movimento livre de pessoas interessadas no bem comum, isto é, na coisa pública.

Em razão do exposto acima, a Associação Comunitária São Bento e a Associação Comunitária Oiticica foram escolhidas obedecendo alguns critérios relevantes como: 1) nível bom de participação local, 2) experiência em projetos comunitários e considerados modelos (projeto piloto, vale ressaltar, recomendado) pelo governo. Em contrapartida, a Associação Comunitária Boa Esperança e a Associação Comunitária São Miguel foram indicadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rural (STR) e pela Federação das Associações Comunitárias de

Quixeramobim (FACQ) da unidade municipal. As duas últimas comunidades estavam no rol das experiências malsucedidas, já que apresentavam organização social, protagonismo social/político e aquisição de projetos considerados insuficientes em relação às demais associações.

### **Abordagens participativas e agricultura sustentável**

Sobre os “pacotes” tecnológicos implantados para os pequenos produtores rurais poucos foram questionados pelas autoridades governamentais e/ou órgãos financiadores. A maioria deles visava apenas beneficiar a produtividade agrícola, o que, por sua vez, influenciaria decisivamente no progresso da nação e no bem-estar socioeconômico dos indivíduos envolvidos. Guivant (1997) aponta que os “pacotes” pré-fabricados em gabinetes governamentais no período da chamada revolução verde difundia uma lógica arbitrária e linear nas políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural, principalmente na direção pesquisador, planejador, agente de mudanças e o beneficiário [este último considerado principal agente do processo de política pública] era colocado sempre em último plano.

Para Guivant (1997) a base da mudança social localizava-se, fundamentalmente, no nível do mapa cognitivo dos atores sociais, isto é, como eles veem o mundo e a sociedade (algo compartilhado e transmitido socialmente). Assim, segundo ela, a partir desse contexto tradicional de difusão de políticas públicas, outras abordagens [populismo participativo, agroecologias etc.] surgiam e assumiam uma postura crítica e reflexiva em relação à extensão rural e passavam a colocar o agricultor em primeiro plano no processo de tomada de decisões a respeito de políticas públicas. Importante dizer que tais abordagens sustentáveis e ecológicas se opunham ao modelo convencional de agricultura moderna que considerava o agricultor como um depositário de conhecimentos técnicos.

A extensão rural convencional tem como base teórica e ideológica a difusão de inovações de tecnologias de cima para baixo – *top down*. Nesta, o conhecimento científico aparece em primeiro lugar e não o do agricultor beneficiário. A metodologia é simplesmente de transferências de informações e assessoramento técnico e não há uma relação dialógica entre os envolvidos no processo de implementação de política pública. Freire (1980, p. 33) afirma que a relação dialógica tem a ver com o “... não invadir, é não manipular, é não *“slogaizar”*”. É empenhar-se na transformação constante da realidade”. Para ele, o conceito de extensão tradicional engloba ações que transformam o agricultor em “coisa”, isto é, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser de transformação do mundo.

O método da pesquisa-ação participativa procura estabelecer um elo entre os diferentes conhecimentos dos atores sociais. Tem como princípio o “aprender fazendo”, isto é, o investigador põe seu conhecimento a serviço dos grupos locais num processo de construção social do saber. Os atores envolvidos acabam descobrindo no processo a capacidade para agirem e/ou participarem independentemente de agentes e instituições externas.

A partir da metade dos anos de 1980 até meados dos anos de 1990, foi predominante a fase ecológica, que se caracterizou pelo método etnográfico no trabalho de campo e aplicado em pesquisas que requerem um maior aprofundamento e envolvimento dos agentes externos na vida diária dos grupos locais estudados. Os métodos etnográficos proporcionaram, fundamentalmente, uma visão profunda e completa das interdependências locais.

### **O desafio profissional para os anos de 1990**

Diferentemente do paradigma populista que idealizava o conhecimento do agricultor, o agente externo tinha simplesmente o papel de coletor invisível de informações, facilitador, o conhecimento atual é permanentemente construído e se apresenta como híbrido, misturado, construído e negociado. Em publicações mais recentes, Chambers (Guivant, 1997, p. 415-417) admite a existência de poderes e apela para a possibilidade de se trabalhar a relação de poder dentro de um quadro de negociação entre os atores. Nesta fase desponta o que se pode denominar de um novo profissionalismo dos anos de 1990, em que a realidade e o conhecimento são socialmente construídos e horizontalmente dialogado entre os envolvidos. (Guivant, 1997).

Ainda considerando esse debate sobre a disseminação de novas tecnologias, desenvolvimento e participação social, Pimbert (Reijntjes, 1994, p. 22-23) assinala que:

Os profissionais de fora das comunidades ‘cientistas, financiadores, planejadores, políticos’ devem deixar de lado a arrogante recusa aos conhecimentos populares ou não-científicos, evitando ao mesmo tempo adotar a visão simplista e acrítica de que as organizações de base e os agricultores têm sempre razão. Já há evidências suficientes de que a realização de experimentos é regra e não exceção nas comunidades rurais, especialmente nos países em desenvolvimento. No entanto, aos ouvidos de muitos dos cientistas e economistas agrícolas, ainda é uma heresia sugerir que os agricultores e organizações de base têm muito a dizer no processo de geração, difusão e adaptação de tecnologias. Enfrentar o desafio profissional significa também que a população rural deve relacionar-se igualitariamente com os cientistas. Os profissionais devem reconhecer que os agricultores têm algo a lhes ensinar e que têm capacidade para se envolver ativamente nas principais decisões relativas às prioridades de P&D desde o melhoramento genético animal e vegetal até o planejamento global de sistemas agrícolas diversificados e elaboração de planos de manejo de microbacias.



Com o crescente reconhecimento da importância e da necessidade de se trabalhar em conjunto com as comunidades locais para identificar, testar, avaliar e difundir novas tecnologias agrícolas foram testadas diversas abordagens participativas em países em via de desenvolvimento nos continentes americano e africano. Os enfoques de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP - tiveram grande relevância neste período (técnicas principais entrevista em grupo, em grupos temáticos, com informantes-chave, etc.). Assim, pode-se encontrar hoje com maior evidência em plataformas de governos, particularmente nos países subdesenvolvidos e emergentes, um determinado apelo à utilização de métodos participativos como meio de credenciamento a determinadas agências multilaterais de fomento ao desenvolvimento. Dessa maneira, recorrer ao termo sociológico participação da sociedade civil está, de fato, relacionado à procura de uma legitimação política e, muitas vezes, de uma garantia de recursos externos, especialmente de instituições multilaterais como o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

No que tange à pesquisa em tela, optou-se pela perspectiva sociológica que vê o desenvolvimento social e participativo a partir de cinco marcas substantivas: qualidade, representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo autossustentado. Além disso, com base nessa análise teórica, Demo (1995) considera que qualquer iniciativa de participação popular, fora dessas características referidas acima, não se autossustentaria enquanto política pública efetivamente democrática e empoderadora.

Ainda nesse entendimento, Demo (1995) compreende que participação é um ato de fé na potencialidade do outro. É acreditar que a comunidade não é destituída, mas oprimida. É assumir que pode ser criativa e coagir seu destino, sem populismo e sem provincianismo. Dessa maneira, ele chama a atenção para quatro formas significativas de participação política qualificada no processo de planejamento participativo autossustentado a seguir:

a) representatividade: significa trabalho mais centrado nas lideranças. Porém, somente são representativas se obtidas por processos democráticos. O que significa negociar e convencer, mais do que impor. Significa perder agora, para ganhar depois. Significa chegar ao objetivo, ainda que para tanto se faça curvas. Portanto, consolidar as regras democráticas do jogo. Assim, o poder político apenas é obtido por meio de processos democráticos, caso contrário é usurpação; b) legitimidade: é legítimo o processo participativo fundado em estado de direito, que regulamenta de modo democrático e comunitário às regras de jogo da vida em comum. Para o autor, geralmente tal regulamentação transparece nos estatutos das associações; c) participação da base: conforme Demo é a alma do processo em qualquer movimento social e político, já que participação autêntica é a da base, que é sua origem. O que faz a democracia é sua base popular. O processo de baixo para cima é a expressão mais autêntica de participação das massas nos processos decisórios. Nesse tipo de envolvimento as pessoas são impelidas a decidir sem que haja uma imposição e controle de cima para

baixo; d) planejamento participativo autossustentado: Demo afirma que é a capacidade desenvolvida para resolver seus próprios problemas, na medida do possível. Ele aponta três componentes principais do planejamento participativo. Primeiro a capacidade de realizar o autodiagnóstico, quer dizer, de entender com consciência crítica e autocrítica os problemas. O segundo se refere à formulação de estratégias de enfrentamento dos problemas detectados, no sentido de unir teoria à prática. Por fim, o terceiro é com consequência política necessária para enfrentar com competência, faz-se necessário a organização política. (Demo, 1995, p. 56).

Nas abordagens participativas sobre organização política camponesa, considera-se a análise de Pretty (1995) essencial [e base importante dessa pesquisa] no que diz respeito aos vários tipos de participação dos atores sociais envolvidos no processo de implementação de programa de desenvolvimento voltado para o pequeno produtor rural. Ele tem elaborado um quadro teórico de tipologias de participação comunitária, notadamente em curso [e bem comum em políticas públicas] nos programas governamentais em países emergentes.

Para Pretty (1995) a participação sucede da manipulada, em que o envolvimento é superficial e os representantes e representados não têm nenhum poder real na condução do planejamento participativo, até a participação autônoma dos sujeitos no processo de desenvolvimento. Para ele a participação autônoma significa que os cidadãos exercem ativamente o poder independentemente das instituições externas, quer seja de iniciativa governamental ou não-governamental. Neste modelo de participação os atores adotam iniciativas próprias para obter os recursos e a assessoria técnica que necessitam e mantêm o controle sobre como os recursos devem ser utilizados.

De acordo com Pretty (1995) a participação, enquanto um exercício de cidadania, sempre, deverá ser um processo de aprendizado e de negociação política entre os mais diversos atores sociais envolvidos no processo de planejamento participativo de extensão rural. Dessa maneira, a abordagem apresenta uma nova perspectiva para os atores envolvidos, que é o entendimento de que qualquer projeto de desenvolvimento deve assegurar o processo de construção coletiva do conhecimento, do planejamento interdisciplinar e de intervenção de políticas públicas.

Pretty (1995) apresenta algumas características de participação comumente encontradas na execução de programas de desenvolvimento rural sustentável nos mais diversos cenários e continentes. Em razão disso, ele apresenta sociologicamente oito [08] tipologias normalmente encontradas nas pesquisas realizadas com programas governamentais e não-governamentais como: participação manipulada, participação autônoma, participação induzida, participação por consulta, participação por incentivos materiais, participação interativa, participação funcional e participação automobilização.

Tabela 1 - Tipologias da participação: como as pessoas participam ou poderiam participar em programa e projetos de desenvolvimento.

<b>Tipo de participação</b>	<b>Características dos diferentes tipos de participação</b>
1- Participação manipulada	A participação é simplesmente um engano. Dá-se a presença de pseudos representantes das “pessoas” em um espaço oficial, sem que tenham sido eleitas para representá-las. Assim mesmo, estes “representantes” não têm nenhum poder real.
2. Participação passiva	As pessoas participam na medida em que lhes é contado o que foi decidido sem escutá-las ou aquilo que já está sendo realizado. Trata-se de um anúncio público unilateral realizado por uma administração ou gerente de projeto para informar aos “participantes”.
3- Participação por consulta	As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que dão a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim, a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Além disso, os condutores do processo não têm nenhum compromisso no sentido de ter em conta o ponto de vista das pessoas.
4- Participação por incentivos materiais	As pessoas participam sendo retribuídas com recursos em troca disso. Por exemplo: trabalho em troca de comida, dinheiro ou outro tipo de incentivo material. No caso da agricultura, os agricultores podem contribuir com os campos de cultivo e seu trabalho, mas não participam, na experimentação nem no processo de aprendizagem.
5- Participação funcional	É a participação estabelecida por agências externas como um meio para alcançar os objetivos de determinados projetos. Usa-se especialmente como um meio para reduzir os custos dos projetos. As pessoas podem participar mediante a formação de grupos para alcançar determinados objetivos relacionados com o projeto. Tal participação pode ser interativa e levar a decisões compartilhadas. Não obstante, tende a ter lugar somente depois de que as decisões mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. No pior dos casos, as pessoas podem ser cooptadas somente para servir ao alcance de metas externas.
6 Participação interativa	As pessoas participam de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito e não como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.
7- Participação mediante acompanhamento	As pessoas atuam de forma conjunta e com o apoio de organizações externas, que respeitando suas dinâmicas de ação social coletiva, complementam suas carências depois de serem demandadas pelos participantes e mediante processos de aprendizagem coletivo. A seleção de alternativas e as decisões são prerrogativas dos participantes.
8- Automobilização	As pessoas participam independentemente de agentes ou instituições externas, adotando iniciativas para mudar o sistema. Elas estabelecem relações com instituições externas para obter os recursos e a assessoria técnica que necessitam e mantém o controle sobre como os recursos devem ser utilizados. A automobilização pode se ampliar se os governos ou as Ongs oferecerem estruturas de apoio. Esta auto-iniciada mobilização pode estar orientada a desafiar a distribuição de riqueza e poder existente, ou não participar disso.

Fonte: adaptado de Pretty, 1995.

Os tipos de participação social denominados por Pretty (1995) possibilitam estudar e compreender criticamente o grau de envolvimento e de desempenho dos atores sociais dentro dos programas de desenvolvimento rural sustentável, principalmente implementado pelos

órgãos oficiais como recurso de efetividade de políticas públicas verticalizadas/horizontalizadas.

Contudo, em se tratando de agricultura de base sustentável para o Brasil, a incorporação de novas abordagens participativas que fortaleçam o conhecimento endógeno é de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas de combate à pobreza rural, sobretudo no Ceará. Nesse entendimento, considera-se o conceito de Assis (2006) pertinente para análise e compreensão do estudo em tela. De acordo com ele:

O desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiários, são instrumentos do processo, sendo seu envolvimento fundamental para o alcance do sucesso desejado. Isto se verifica especialmente no que se refere à questão ambiental, na medida em que as populações mais pobres, ao mesmo tempo que são as mais atingidas pela degradação ambiental, em razão do desprovimento de recursos e da falta de informação, são também agentes da degradação. (Assis, 2006, p. 81).

Posta assim a questão, é de se diz que qualquer programa que procure fortalecer a agricultura sustentável deve ser construído e negociado democraticamente entre as partes envolvidas no processo de construção de políticas públicas, principalmente com pequenos agricultores em sua relação com as instituições. Pretty (1995) entende que tal processo deve passar pela aprendizagem constante entre os diversos atores envolvidos como pesquisadores, extensionistas e agricultores/beneficiários do processo de desenvolvimento de políticas públicas.

Considerando o debate em torno das abordagens tradicionais e não tradicionais sobre políticas públicas de desenvolvimento rural participativo no Brasil, passa-se para as diversas narrativas [entrevistas] obtidas por meio dos atores sociais e políticos envolvidos no campo de intermediação das associações comunitárias e dos extensionistas rurais do/no município de Quixeramobim, Ceará.

### **Organização comunitária: a experiência participativa de Quixeramobim**

O município de Quixeramobim<sup>v</sup> é uma localidade com relevante número de associações filiadas à Federação das Associações Comunitárias de Quixeramobim (FACQ), já havia contabilizar em torno de 230 associações registradas no município, 2002. Convém notar que é um quantitativo bastante expressivo de um ponto de vista organizacional para um município localizado numa microrregião marcada por elevados indicadores de pobreza e desigualdade social. Posta assim a questão, é de se dizer que o cenário de desempenho institucional

quantitativo em tela parece não dialogar qualitativamente com os dados municipais fornecidos pela FACQ de que a maioria não funcionava a contento. Isto é, muitas delas estão desarticuladas e passam dificuldades no tocante à capacidade de organização tanto política como financeiramente para se autodesenvolver, já que estão despidas de capital econômico e capital social.

A imersão de campo possibilitou dialogar e fazer entrevistas com os interlocutores locais; a primeira entrevistada foi a Mara de Jesus<sup>vi</sup>, que naquele momento, era conselheira do CMDS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável) e presidenta da FACQ [Federação das Associações Comunitárias de Quixeramobim]. Ela revelou que algumas entidades são de “fachadas” e foram “criadas exclusivamente para receber prioritariamente projetos”. A conselheira considerou que: “internamente (as associações) apresentam problemas de organização política, pois sem uma diretoria atuante que mobilize constantemente os sócios para as atividades dificilmente as mesmas se mantêm ativas no processo de desenvolvimento.” (Demo, 1995).

Importante dizer que no município de Quixeramobim se observou a FACQ fazendo o trabalho comunitário de orientar na criação de novas associações comunitárias sem antes haver o diagnóstico rápido de viabilidade política da entidade – elemento essencial no processo de identificação/elaboração/formulação de políticas públicas. A Mara de Jesus ainda fez questão de salientar: “basta que haja o convite da comunidade à FACQ, para que ela se faça presente na assembleia geral de fundação, para que haja o reconhecimento e a filiação (da associação) à entidade.”

Em relação às demandas comunitárias, Américo, extensionista e conselheiro, afirmou que: “todos os projetos são pertinentes e dificilmente ocorre projeto destoante, que não representem os anseios das comunidades.” Ele ainda acrescentou: “de tudo as comunidades precisam, por isso, fica difícil eleger a prioridade número um.” Além do mais, o extensionista destacou o trabalho do CMDS e a orientação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) como extremamente necessário na orientação das propostas dos pequenos agricultores.

Ainda nessa perspectiva das demandas comunitárias, Américo fez a seguinte declaração: “... a gente tem se reunido e discutido com eles, discutido as prioridades, ver o que eles precisam dessas prioridades aqui. Qual é a principal. Que beneficia mais gente e o que traz melhor retorno para eles. Ou seja, o que vai melhorar a produção e a qualidade de vida de todos.” O extensionista reconheceu que a prática da extensão rural no estado do Ceará

ainda está baseada no modelo tradicional de difusão de tecnologias para o agricultor, que, conforme ele, vai na contramão dos processos socioeducativos e participativos. Assim sendo, Américo critica o comodismo e compreende que: “fazer extensão é educar o homem do campo, politizar, transformá-lo, conscientizá-lo dos direitos e deveres.” Ou seja, extensão rural deveria ser uma política pública comprometida com a transformação da realidade social com o fim de emancipar o sujeito das condições adversas em que se encontra. (Freire, 1980; Guivant, 1997; Assis, 2006).

Ademais, Américo ainda declarou que: “os associados muitas vezes por questão de educação e falta de conhecimento e discernimento, acham que o que é importante para eles é uma estrada, mas se eles não têm nem carro para dirigir. E quando o principal problema seria o abastecimento d’água.” Logo, segundo o entrevistado, a falta de instrução escolar dos associados é, às vezes, elemento impeditivo à discussão e a maior participação deles no planejamento e alocação de recursos. E ainda mais, tal dificuldade implica diretamente no acompanhamento e investigação do que está sendo aplicado e/ou distribuído como política pública. Essa passagem vem a reforçar o entendimento de Demo (1995) de que é importante a participação autêntica da/na base, principalmente com capacidade efetiva de resolução de seus problemas por meio de planejamento participativo.

E sobre a fiscalização por parte dos beneficiários, Américo criticou veementemente: “a maioria não sabe nem quanto veio, ele não sabe nem quanto foi àquele projeto conquistado.” O conselheiro se referiu ao grau de desinformação dos associados, aliás, de alienação e desinteresse em relação às atividades participativas da própria associação da qual fazem parte. Em razão disso, ele salienta que os perigos de manipulação política e de mau gerenciamento dos recursos públicos sempre são mais perceptíveis em associações em que o nível de instrução escolar e de envolvimento dos sócios beneficiários é considerado fraco.

Além do mais, Américo contou que existem esperteza, rapidez e influência política nos processos de tomada de decisões, por exemplo: “... existem muitos prefeitos que não sabem barganhar projetos, por isso, não recebem como os outros mais espertos recebem.” Para o extensionista é preciso compreender os processos políticos internos e externos, assim como ter habilidades para negociar e barganhar recursos públicos.

Mesmo como tantos problemas a serem superados pelas comunidades, o extensionista se mostrou otimista com o município de Quixeramobim, visto que veio a conseguir mais projetos do que outros municípios mais necessitados da região do sertão central cearense. Militão também compartilha da mesma opinião de Américo em relação ao tema influência

política e ação rápida dos atores locais na negociação de projetos. O líder sindical acrescenta o ingrediente político como fator importante – o trabalho de parceria existente entre as entidades no município. Assim, ele apontou o recurso disponível “... a influência dos políticos locais com a coordenação estadual do PSJ, em Fortaleza” como fator relevante para desburocratizar projetos e angariar recursos públicos.

E considerando o peso das lideranças locais no processo de tomada de decisões, Américo associou o sucesso do programa no município às lideranças locais, uma vez que elas são organizadas e “têm acesso às secretarias de governo com mais facilidades, enquanto os municípios mais pobres do estado, os mais carentes têm mais dificuldades de chegar lá na capital, tem menos acesso, por isso dificulta a liberação de recursos para eles.”

E para seguir no campo das intermediações e negociações das entidades envolvidas, analisa-se, a saber, os relatos dos agricultores/associados, que, de fato, foram os escolhidos como agentes beneficiários do/no processo de efetivação de políticas públicas no âmbito do governo do Ceará.

#### **a) Associação Comunitária Oiticica**

Em relação à dinâmica interna das entidades e a questão da representatividade política, Vauires narrou que pela terceira vez que assumia a presidência da Associação Comunitária Oiticica. Logo, ele salienta que o desempenho da comunidade tem a ver com: “a força de vontade, não da gente só está lá todos os meses discutindo, conversando nas reuniões, conversando os problemas, que têm dentro da comunidade e nós não podendo resolver nada. A nossa participação, aqui, que nós possamos discutir e possa conseguir, e possa chegar lá ao melhor de cada um.” Demo (1995, p. 56) orienta que o ato de negociar e efetivamente convencer é “... mais do que impor. Significa chegar ao objetivo, ainda que para tanto se faça curvas”.

Além do mais, Vauires compreende que participação política significa: “todo mundo colocasse em si próprio, seguir num só caminho, num só pensamento para que a gente pudesse fazer muito mais.” Ele ainda falou que: “a união entre os associados será peça fundamental para fortalecer cada vez mais a participação e o movimento comunitário”.

Filho, associado, lembra que começou a se envolver na associação comunitária quando as lideranças locais “vieram pedir os nomes da gente para o PSJ. Eles falavam que era para colocar os nomes porque vinha energia, né. Daí eu fui e dei o meu nome e pronto.” Observa-se no depoimento a seguir; o entendimento a respeito do tipo de participação social baseado

em troca de incentivos materiais, quando ele revelou que se interessou porque se falava que: “a gente tinha o direito de fazer empréstimo [para comprar] algodão, coisa assim.” Em razão disso, segundo o associado, muita gente se associou para “tirar dinheiro e trabalhar na agricultura.” Essa passagem nos faz lembrar a quarta tipologia da tabela [participação por incentivos materiais] de que as pessoas participam quando são retribuídas com recursos públicos e insumos em troca (Pretty, 1995).

Filho contou que sua participação somente se restringe: “às reuniões da associação”. Logo, ele reafirmou: “participo indo a todas as reuniões, mas falhei três reuniões atrás, porque não tinha tempo. Hoje ia completar as quatro [reuniões], mas eu vim e paguei a mensalidade, tá tudinho em dia”. Ele comentou que assiste as reuniões sem fazer nenhuma intervenção, antes, porém explicou como se posiciona no campo das intermediações locais: “ver o povo falar, fazer acordo e depois vai embora para casa, de onde retorna para outra reunião quando a diretoria avisa.” Dessa maneira, evidencia-se que mesmo nas associações consideradas “modelos”, a participação não escapa da velha prática de presença física nas assembleias seja para ouvir as informações sobre andamento de projetos e/ou para quitar a mensalidade de sócio (que é obrigatório) para ter o direito de receber insumos e benefícios sociais. Portanto, a participação neste contexto apresenta-se de forma cativa e restrita a troca de favores e a interesses imediatos – participação funcional e incentivos materiais (Pretty, 1995).

## **b) Associação Comunitária Boa Esperança**

Maria, liderança local, comenta que, às vezes, convoca as reuniões mensais e dá uma informação sobre uma coisa e outra a respeito dos benefícios recebidos para que a associação “não feche completamente por falta de sócios.” Ou seja, se não tiver contrapartida do governo, as pessoas não participam e ocorre o fechamento da entidade. Apesar das imensas dificuldades enfrentadas no cotidiano, ela se diz bastante dedicada ao trabalho comunitário, embora também se encontre já desestimulada e cansada com a atividade de líder comunitária.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela associação, Maria revelou: “eu venho lutando com muito amor. Eu vou aguardar essa liberação, que eu acredito que vai sair, que a nossa associação não pode ficar prejudicada, aí eu vou deixar a luta, porque já está muito cansada para mim. Eu já me sinto muito cansada, já faz dez anos, que luto como voluntária.” De fato, percebe-se que a falta de rotatividade e a participação política afetam diretamente a autossustentabilidade da entidade.



Aproveitou a oportunidade e lembrou que a luta comunitária é doação, altruísmo, visto que: “a gente não tem remuneração, não tem acesso à transporte, assim é pegando carona de qualquer coisa, por exemplo, é de bicicleta, é de caminhão é o que for passando para ir à cidade.” Além do mais, a líder comunitária não deixou de revelar sua indignação, sobretudo quanto às dificuldades encontradas no campo da burocracia governamental que, muitas vezes, desanimam as comunidades no que tange aos trâmites legais que exigem muito das comunidades e, muitas vezes, são demorados a liberação no âmbito do governo.

Maria confessa que é uma apaixonada pela atividade comunitária, porque senão teria largado há muito tempo. Por um lado, ela declarou que: “... é com muita paixão e amor, que faz com muita dedicação e garra para a comunidade o trabalho.” Por outro lado, em relação à participação dos sócios afirmou: “eu vejo assim, eles estão desgostosos né, não tão muito satisfeito.” Ainda acrescenta um fator terminante: “eles estão insatisfeitos devido à demora. Os associados querem uma produção na comunidade. Eles estão indecisos, às vezes, vão às reuniões, às vezes, não vão. Logo, eu sinto a falta da presença deles.” O reflexo da demora vai na contramão dos princípios apregoados pelas abordagens sobre planejamento participativo sustentável, sobretudo tomando por base a análise de Guivant (1997) e Assis (2006).

Luíza, associada, esclarece que sempre vai às reuniões quando a líder Maria avisa pelos meios de comunicações, no caso, a emissora de rádio local. Ela explicou que tem vezes que: “coincide de chocar-se com o culto na igreja evangélica”, por isso resolve faltar à assembleia. Ela fez questão de dizer que se envolveu com a associação, porque: “... o pessoal dizia que vinha energia elétrica e vinha uma pedreira para a comunidade daqui.” Em razão dos benefícios advindos com esses projetos divulgados pelo PSJ; além das vantagens no que tange à vinda de trabalho, emprego para o povo e desenvolvimento para comunidade, ela resolveu se associar, já que o projeto era com recursos a fundo perdido, portanto, a comunidade não teria contrapartida no que tange à devolução de recursos financeiros.

A respeito da sua atividade participativa na associação, Luíza nos contou que só quando acontecem as reuniões da associação, por que: “... a presidenta vai explicar as coisas para a gente ouvir”. E disse que não gostava de falar, já que: “muita gente já fala, que é muita gente para falar, um diz uma coisa outro diz outra, prefiro ficar assistindo e depois vou para casa”. Na literatura de base sociológica [e de análise de políticas públicas] comumente se chama esse tipo de comportamento político de participação passiva e/ou modo presencial.

Considerando a importância da fala referida acima, recorre-se a Pretty (1995) no que se refere à tipologia de participação passiva quando ele enfatiza que as pessoas participam na

medida em que lhes é contado o que foi decidido sem escutá-las ou aquilo que já está sendo realizado. Trata-se de um anúncio público unilateral realizado por uma administração ou gerente de projeto para informar aos “participantes”.

### **c) Associação Comunitária São Bento**

Pereira, presidente da associação, narrou à história da associação e particularmente de seu engajamento pessoal que se deve já a uma trajetória familiar. Ele falou que foi tomando gosto pelo trabalho comunitário devido a seu irmão, que o incentivava a participar do movimento. Conforme o presidente, sempre acompanhou a luta do irmão na comunidade e contou que: “se ele era presidente, eu era do conselho fiscal ou era vice-presidente. Foi um passo que todos nós demos e eu participei disso desde o começo.” Ainda fez questão de revelar que não era engajado diretamente de buscar os benefícios [insumos em geral], de reivindicar externamente, no entanto, disse participar ativamente da seguinte forma: “aqui dentro da comunidade nós acompanhemos passo a passo os processos de tomada de decisões coletivas.”

Como se pode notar, Pereira crê que participação é trabalho conjunto, coletivo e solidário. Ele acredita que: “o caminho é trabalhar junto”, e ainda mais, explicou ele: “eu passei vinte anos trabalhando isoladamente pensando só na minha vida, nunca adquiri nada, como nós passemos para associação trabalhar em grupo começa a sentir a vida da gente melhorar.” O despertar do associado para abraçar a luta coletiva se deve ao contato com metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados (Freire, 1980; Pretty, 1995).

Além disso, Pereira destaca que os associados devem se preocupar com a entidade, visto que no “futuro vai amadurecendo as ideias deles e vai criando o gosto, vendo a gente trabalhar.” Posto assim a questão, ele se mostrou preocupado com as próximas gestões e já pensava em fazer o caminho para os novos dirigentes, quando proferiu: “uma coisa que a gente bota para eles irem amadurecendo, vendo a administração, então um dia assumir também que a gente não nasce para semente.” Um elemento importante que merece observação na comunidade São Bento é a preocupação constante dos associados/beneficiários com a sustentabilidade da associação, com o futuro dos próximos dirigentes e a luta comunitária. Essa menção ao cuidado com as futuras gerações no comando da entidade/associação vem a calhar com o que Demo (1995) chama de qualidade da

representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo autossustentado como *conditio sine quo non* de uma organização social.

Para Neves, segundo tesoureiro da associação, diz que se envolveu com a causa comunitária, por que: “saiu à energia para a comunidade e melhorou muito a situação de vida da comunidade.” Também declarou que resolveu: “participar por causa desse motivo, a gente se desenvolve muito quando se entra para o movimento comunitário.” Ele ainda lembrou que era muito “acanhado”, porque sempre foi da “roça”, do “sítio”, onde nunca participou muito das reuniões em outros lugares, mas de toda forma, ele se diz satisfeito no envolvimento comunitário. É muito importante essa passagem por que tem a ver com o desabrochar para a compreensão de mundo e envolvimento político ativo para a transformação social dele. (Freire, 1980).

#### **d) Associação Comunitária São Miguel**

Rocha, presidente da associação pela terceira vez consecutiva, líder comunitário, se mostrou satisfeito com o PSJ. Conforme ele: “é um meio melhor de atender as comunidades, porque o dinheiro vem direto do governo para as mãos das comunidades, sem passar pelas mãos de prefeito, de vereador e de político nenhum.” Ele ainda comentou que a função de presidente de uma associação é árdua e complexa, já que: “... quem trabalha mais numa diretoria de uma associação é o presidente. Ele é que pede projeto, é ele que vai buscar recursos, às vezes, leva até os velhinhos para se aposentar no INSS.” Por isso, conforme o presidente Rocha, o líder comunitário acaba sendo, de fato, um personagem intermediário, um conciliador e, volta e meia, exerce a função de “assistente social” na comunidade.

Rocha comentou que na associação sempre procurou: “fazer de tudo para atender os sócios da melhor maneira possível, porque são eles os sujeitos principais” do processo comunitário. Ele ainda revelou que sempre esteve à disposição da associação e nunca encarou dia perdido, sobretudo àquele dedicado ao trabalho coletivo. Além disso, declarou que participa de todas as reuniões e nunca encarou como dia perdido pelo fato de dedicar-se ao trabalho comunitário, logo afirmou: “se tivesse salário, acho toda e qualquer pessoa queria ser presidente, e não é qualquer pessoa que pode ser presidente de uma associação.” Enfim, o processo participativo é complexo e se diferencia de acordo com o contexto social e político, além de depender de algumas ferramentas importantes como cultura cívica, educação formal, confiança social e desempenho institucional.

## **Cruzando possibilidades**

A partir das percepções relatadas no estudo, fica explícito que há um esforço da maioria dos atores sociais envolvidos em participar, aprender e a buscar o desenvolvimento comunitário como meio efetivo de sanar problemas como aquisição de materiais de insumos importantes para agricultura sustentável, abastecimento de água, eletrificação rural, escolas rurais, cultura entre outros.

Também foi possível observar nos relatos dos entrevistados alguns indícios de que é preciso avançar no sentido de superar as desigualdades por meio de políticas públicas que capacitem e empoderem as pessoas nas comunidades rurais, sobretudo estimulando mais a participação social e política. Posto isto, o estudo apontou na direção de quatro grandes indicadores importantes que compromete/alerta a/para sustentabilidade de qualquer iniciativa de participação popular pela via do associativismo. No caso em tela, a investigação revelou as seguintes dificuldades e conflitos no campo da intermediação política que precisam rapidamente serem superados para a sustentabilidade do programa governamental: (a) riscos de cooptação de lideranças e entidades representativas por agente/s político/s; (b) controle de informações, mandonismo político dos projetos e demandas comunitárias e (c) problemas de pouca rotatividade dos atores sociais e durabilidade das entidades políticas que vêm a refletir certamente na proposta metodológica de associativismo em que coloca a comunidade e as decisões dela em primeiro lugar.

## **Considerações finais**

A partir dos anos 80 foram formuladas diversas críticas em nível internacional aos métodos convencionais de difusão de tecnologias agrícolas, logo o apelo às abordagens participativas e interdisciplinares passaram a ser quase uma referência obrigatória nos programas de desenvolvimento rural sustentável. Dessa maneira, a invocação à adoção do desenvolvimento autossustentável passa a ser uma exigência nos programas de agências multilaterais como o BIRD e o FMI, sobretudo nos países em via de desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos.

Guivant (1997) observa nas experiências participativas um significativo contraste entre os discursos e as práticas, como no caso de agricultores serem chamados a “participar” de projetos sobre os quais nem foram consultados em relação a seus interesses, motivações e/ou necessidades, que não são de sua importância social e política. Logo, o apelo ao

elemento “participativo”, talvez, “associativo” poderá ser [ou não] simplesmente a procura de uma legitimação para efeito de *marketing* e/ou para garantir recursos de órgãos internacionais de fomento ao desenvolvimento. Diante disto, entre várias possibilidades de implementar a participação desde a formulação dos projetos, passando pela sua execução e atingindo sua avaliação podem ser vistos por representantes de instituições governamentais como um risco, já que poderia levar a uma perda do controle dos processos de planejamento, intervenção e dos recursos econômicos em jogo nas políticas públicas.

Um outro dilema que permeia a representatividade e observado na investigação tem a ver com a rotatividade na estrutura do poder no dia a dia de algumas entidades. Nas entrevistas com as/os lideranças/associados constatamos uma cultura política de predominância e de permanência das lideranças à frente das entidades sem que haja renovação de líderes. Na investigação foi possível detectar lideranças comunitárias acumularem mais de quatro funções em diversas instâncias de participação social no município, o que de fato demonstra uma acumulação de tarefas impactando na rotatividade do jogo democrático.

Os problemas evidenciados na pesquisa chamam a atenção para os dois mais delicados e comprometedores da sustentabilidade. O primeiro diz respeito a projetos que não passam por uma discussão mais exaustiva de seu “miolo” (expressão utilizada por uma liderança local que significa – essência do projeto) na própria base (mas que são levados a aprovação para efeito de quantidade e de necessidade, porque é a fundo perdido e o dinheiro não pode voltar para agência financiadora multilateral), visto que a tendência em geral tem sido o mal gerenciamento dos recursos na própria comunidade. As críticas dos representantes do sindicato rural Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) tornaram-se pertinentes quando oportunamente advertiram para a falta de envolvimento da própria comunidade local no andamento e na condução dos rumos dos benefícios.

Importante se faz notar que os enfoques participativos adotados pelos aparatos do PSJ no Ceará tendem a se aproximar dos cinco primeiros estilos de participação formulados por Pretty (1995) no quadro de tipologias (1) do referencial teórico. O primeiro se refere a um estilo de **participação manipulada**, quer dizer, enganosa, por que de fato muitas vezes a liberação de um projeto depende da decisão do “dedo do político” (expressão utilizada por lideranças locais) em um espaço oficial, mas que essa autoridade não foi eleita para representá-la; o segundo estilo tem a ver com a **participação passiva**, isto é, de presença dos associados nas assembleias. Pretty (1995) fala que esse estilo é predeterminado, unilateral e com comportamento essencialmente receptivos ou passivos; o terceiro se chama **participação**

**por consulta** geralmente ocorre quando as entidades precisam de um projeto para aprovação imediata principalmente quando é ligado a um suposto cabo eleitoral; o quarto estilo presente na investigação é a **participação por incentivos material** considerada apropriada para descrever a forma pela qual são motivados os beneficiários a participarem dentro do programa estudado em quase todos os cenários. Por sua vez, quando em troca da participação se têm recursos ou subsídios concedidos o grau de envolvimento dos atores sociais aparenta ser maior em todos os casos analisados.

Evidenciamos que, em geral, as pessoas se interessam a frequentar às assembleias e/ou reuniões se forem para discutir o que vai trazer de retorno imediato para elas. Por exemplo, para discutir um projeto de um trator, de uma energia elétrica e de abastecimento d'água comunitário. Enquanto aos projetos que visam melhorar a qualidade da participação e do nível de organização das comunidades apresentam dificuldades quanto ao envolvimento, com exceção para a realidade [trajetória política] de alguns interlocutores específicos das associações ditas bem-sucedidas.

Finalmente, o quinto e último estilo de participação está relacionado à **participação funcional** quer dizer, quando é para atingir determinados fins institucionais. Esse tipo de participação tem uma natureza muito clarividente quando se analisa os documentos e os relatórios do programa. Nesse entendimento, as decisões mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. Portanto, no pior dos casos, as pessoas podem ser 'cooptadas' somente para servir ao alcance de metas externas.

Apesar dos elementos apontados como comprometedores da proposta de associativismo rural no PSJ; não quer dizer que algumas iniciativas [experiências exitosas no município em tela] não tenham estimulados as comunidades locais a se envolverem mais nas tomadas de decisões políticos-administrativos e organizacionais. Nesse sentido, deve se dizer que o caso da Associação Comunitária São Bento é um exemplo significativo de aprendizado importante, que serve para pensar os arranjos políticos encontrados para a superação do individualismo e do conformismo.

## Referências

Assis, R. L. de. (2006). Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas a partir da integração das públicas e privadas com base na agroecologia. *Revista Economia Aplicada*, 10(1), 75-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>

Bursztn, M. (1984). *O Poder dos donos*. Petrópolis: Vozes.

- Ceará. (199-). Secretaria de Planejamento. *Plano de Desenvolvimento Sustentável*. Fortaleza.
- Ceará. (1998). Perfil Básico Municipal. Quixeramobim. Fortaleza: *IPLANCE*.
- Demo, P. (1995). *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (2001). *Cidadania pequena. Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Dias, R. et al. (2017). *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Freire, P. (1980). *Comunicação é extensão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Chizzotti, A. (2000). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 4 ed. Cortez: São Paulo.
- Guivant, J. S. (1997). *Cadernos de Ciências & Tecnologias*, Brasília, 14, 411-447.
- Pretty, J. N. (1995). *Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance*. Londres: Earthscan.
- Reijntjes, C. et al. (1994). *Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. Rio de Janeiro: AS-PTA.

---

<sup>i</sup> O texto em tela foi publicado como resumo expandido nos Anais do II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento – SICDES, Unochapecó, 2014.

<sup>ii</sup> Por políticas públicas compreende-se o conceito desenhado a partir dos autores como Dias et al (2017, p. 11) que: “... pressupõe que há uma área ou domínio da vida que não é privada ou somente individual, mas que existe em comum com outros. Essa dimensão comum é denominada propriedade pública, não pertence a ninguém em particular e é controlada pelo governo para propósitos públicos.”

<sup>iii</sup> Segundo Godim (1998) “A propaganda oficial costuma apresentar a eleição de Tasso Jereissati como uma ruptura profunda com as políticas até então vigentes. Mesmo sem negar o caráter inovador do projeto político-administrativo do grupo que ascendeu ao poder em 1986, é preciso reconhecer que as transformações ocorridas na sociedade e na política cearenses não foram assim tão súbitas, nem devem ser creditadas ao voluntarismo das novas lideranças.” (Godim, 1998, p. 31).

<sup>iv</sup> São José é o padroeiro do estado do Ceará e muito reverenciado pela tradição popular (19 de março, dia de São José), principalmente pelo sertanejo no Nordeste. Considerando isso, em 1995, foi lançado pelo governador Tasso Jereissati o Plano de Desenvolvimento Sustentável (Seplan-CE, 1995).

<sup>v</sup> Quixeramobim antigamente era habitado pelos índios *canindés* e *quixarás*. Os primeiros civilizadores que penetraram naquelas terras vieram do Jaguaribe (uma cidade importante do interior cearense, que pertence a mesorregião Vale do Jaguaribe, considerada como sendo umas das maiores produtoras de leite e derivados).

<sup>vi</sup> Por razões éticas, os nomes dos entrevistados foram alterados por nomes fictícios. Importante dizer que na transcrição não houve correção nas falas, de modo a manter literalmente as expressões regionais.

### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 03/07/2021  
Aprovado em: 23/11/2021  
Publicado em: 31/03/2022

Received on July 03th, 2021  
Accepted on November 23th, 2021  
Published on March, 31th, 2022

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

### Article Peer Review

Double review.

### Agência de Fomento

CNPq.

### Funding

CNPq.

### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Almeida, A. C. (2022). A difusão do associativismo rural no município de Quixeramobim: a experiência do Projeto São José. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e12596. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12596>

ABNT

ALMEIDA, A. C. A difusão do associativismo rural no município de Quixeramobim: a experiência do Projeto São José. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 7, e12596, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12596>